



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## DESENVOLVIMENTO DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO NO PERÍODO COLONIAL

Luciana Almeida Dantas

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP - ludantas79@hotmail.com*

**Resumo:** O trabalho que se apresenta, objetiva discorrer sobre o desenvolvimento da prostituição na cidade de São Paulo no período colonial, evidenciando o importante papel das mulheres no decorrer deste período. A maioria dos registros históricos sobre o Brasil Colônia desconsideram a importância da participação feminina para o desenvolvimento deste período, assim como a constante presença da figura da prostituta na história. Historicamente, as mulheres sempre encontraram estratégias de luta e resistência para sobreviver e conviver como os desmandos do patriarcado, e tratando-se de sua inserção e permanência na prostituição não é diferente. Neste período histórico, por vezes a prostituição se mostrava uma ocupação que propiciava uma condição mais autônoma e independente. Era uma opção por vezes mais rentável e que ainda oferecia oportunidades de participar de assuntos e eventos que eram monopolizados pelo universo masculino.

**Palavras chaves:** Prostituição, Mulheres, História, Resistência.

O artigo que se inicia, objetiva discorrer, brevemente, sobre a história da prostituição na cidade de São Paulo, no período colonial. Terá como foco apontar a importância das mulheres, sobretudo as prostitutas, para a história do Brasil.

Assim, será possível analisar como essa prática se dava, evidenciar a forte presença das mulheres e pontuar suas estratégias de resistências, no período acima apontado.

É válido ressaltar que não cabe aqui falar sobre as práticas de prostituição na Antiguidade oriental e ocidental ou na Idade Média, pois nestas sociedades a prostituição foi identificada, conforme Meihy (2015, p.10),

Como experiências isoladas, que ganhou feições universais quando se estabeleceram as rotas do mundo moderno, integradas gradativamente

pelo estabelecimento do sistema colonial.

Com a expansão ultramarina e o sistema de colonização europeia, as relações definiam-se conforme as determinações do colonizador, assim a prostituição ganhou novos territórios, sendo inserida nestes como prática marginal que afetava diretamente a moral e perturbava a ordem.

Com base nesse contexto, as terras do então Novo Mundo, as Américas, serviam como forma de purificação das prostitutas portuguesas, porém o envio dessas mulheres as terras colonizadas, tinha como principal objetivo o povoamento dessas terras. Ainda segundo Meyhi:

Em processo de conquista, os territórios “novos” se mostram suscetíveis aos fluxos migratórios e à formação de redes, caracterizadas



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pelo envio de mulheres às colônias, mesmo que fossem as “erradas”. A oportunidade de “remissão dos pecados” dessas moças se impunha como solução para a sociedade colonizada tida como terra de “todos os pecados” [...] pode-se dizer que o processo de colonização abrigou vasta bastardia, derivada da necessidade de povoar a terra”.

Outra questão de fundamental importância a ser pontuada, é sobre o sentido da utilização do termo prostituição. Atualmente, a troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material pode ser considerada prostituição (Gail Pheterson, 2009), por tanto não podemos considerar que as práticas sexuais “ilícitas”, que ocorriam antes do avanço do capitalismo e do início do processo de urbanização, poderiam ser conceituadas desta forma e possuíam essas mesmas características. De acordo com Margareth Rago (2009, p.63):

Difícilmente poderíamos estender o conceito de prostituição às práticas sexuais ilícitas que ocorriam entre homens e mulheres, visto que não se caracterizavam como relações essencialmente mediatizadas pelo dinheiro como equivalente geral[...] somente à medida que a cidade se expande e se urbaniza, mudam as normas de comportamento e as relações entre os sexos.

Assim, para Margareth Rago, somente a partir do século XIX e com base em conceitos

elaborados pelo saber médico-policial, a comercialização do corpo feminino se caracterizará como prostituição e aparece como parâmetro de limite para o comportamento das mulheres no espaço urbano.

Os registros históricos sobre o Brasil colonial, quase sempre tendem a desconsiderar a importância da participação feminina. Portanto, de acordo com Figueiredo (2015, p.184):

Ao investigar essa história, descortina-se um universo de significativa participação das mulheres nas práticas sociais e na economia, ao contrário do que sempre pareceu constituir submissão e passividade, outrora marcas de presença feminina na história do Brasil.

Ainda de acordo com Figueiredo, um exemplo de mulheres que contribuíram para o desenvolvimento da economia nas vilas e cidades do Brasil Colônia, são as “negras de tabuleiro”.

Essas mulheres marcaram presença no comércio ambulante de gêneros alimentícios a varejo, sendo assim fundamentais para o abastecimento de regiões, como a das Minas Gerais, no período de descoberta do ouro.

Tradando-se ainda das Minas Gerais, pode-se dizer que, durante o século XVIII, a prostituição nesta região era mais elevada do



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que em outros pontos da colônia. E isso se deu, devido ao rápido povoamento da região “por homens (e mulheres) havidos por riqueza imediata que o ouro parecia proporcionar”. Para Figueiredo (2015, p.156):

Um dos traços mais característicos da sociedade mineira, e que irá explicar a generalização da prostituição, decorreu da extrema mobilidade de contingentes dedicados à mineração. Para grupos de mineradores solitários e em permanente movimento na busca de veios mais férteis, a constituição de laços familiares tornava-se pouco adequada.

Outro fator que contribui para o intenso desenvolvimento da prostituição nas Minas Gerais foi a cobrança de impostos, essa região “conheceu uma das mais pesadas cargas tributárias de todo o Brasil colônia”.

A partir de 1735, mulheres pobres e livres também eram inclusas no pagamento do quinto.<sup>1</sup> Com isso, segundo Figueiredo (2015, p.158):

Diante da situação de extrema pobreza em que muitas mulheres viviam, a prostituição se constituiu em um caminho obrigatório para que conseguissem pagar o imposto direto e escapar de confiscos, multas e prisões.

---

<sup>1</sup> Direito que a Coroa portuguesa possui em receber 20% de todo ouro retirado de terras que estava sobre seu domínio.

Por tanto, é válido ressaltar que, se as condições reais e materiais de sobrevivência das mulheres, no contexto exposto acima, dificultam sua sobrevivência e cotidiano “oferece também a medida exata de sua enorme capacidade de luta e resistência naquela sociedade”, conforme Figueiredo (2015).

A cidade de São Paulo no período colonial, campo central para esta pesquisa, é apresentada pela historiadora Mary Del Priore, (2015, p.21) como:

Ancorada entre os charcos formados pelos rios Tamanduateí, Pinheiros, Juqueri e Cotia, o pequeno burgo estendia suas casas de taipa branqueada com tabatinga, entre as quais brotavam as torres de suas oito igrejas. Aqui e ali, chafarizes reuniam escravos e mulheres, bilhas a cabeça, em busca de água. Muito barulho.

Na São Paulo dos anos 1500, de acordo com Guido Fonseca (1982, p. 14) ainda não há registros da prostituição:

E a prostituição? Existira já na São Paulo quinhentista? Os documentos consultados não tocam no assunto fazendo-nos crer que o problema ainda não chegara ao Planalto ou, que pelo menos, se já existisse, ainda não se constituía em motivo de maiores preocupações.

Há indícios, de que os primeiros locais de encontros entre homens e mulheres, de cunho



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sexual, da cidade de São Paulo tenham sido as fontes.

Assim como, também o primeiro local de ações higienistas. Como aponta o autor já citado, Guido da Fonseca, em 14 de abril de 1590 foram tomadas medidas de segurança com relação à utilização das fontes:

Qualquer pessoa branca ou negra macho que se achar na fonte ou lavadouro pegando moça escrava ou índia ou branca pagará por isso quinhentos reis e o mesmo pagará qualquer pessoa que for à fonte não tendo lá o que fazer.

Os registros históricos sobre a prostituição na cidade de São Paulo no período colonial pautam-se em relatos de viajantes, denúncias policiais de *perturbadoras da ordem*, registros nas Atas das Câmaras e posteriormente escritos de médicos e juristas. O estudo pioneiro de Guido Fonseca, intitulado História da Prostituição em São Paulo, faz alusão a esses registros na Atas da Câmara. De acordo com o referido autor (1982, p.24):

Em 1641, a Câmara resolvia expulsar duas mulheres por comportamento indigno. Não se eram moradoras da Paulicéia ou se estavam de passagem. Acreditamos sejam as duas primeiras meretrizes identificadas de nossa história em razão da severidade com que agiram os membros do Conselho.

Ainda de acordo com Fonseca (1982), passados alguns meses essas mulheres permaneciam na Vila de Piratininga, e por ser esses acontecimentos terem tornado-se recorrentes, em 1685, foi fundado o Recolhimento Santa Tereza com o intuito de recolher prostitutas e mulheres solteiras com filhos.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1759, também foi fundado o Recolhimento do Bom Parto, que era destinado tanto “as mulheres de vida desonesta que estavam arrependidas” como as que eram acusadas de adultério.

De acordo com Magali Engel (1989), o pecado unia, pois, prostitutas e adúlteras no cumprimento de uma mesma pena: o isolamento da sociedade.

A criminalização da prostituição faz-se presente, no Brasil, desde o início de sua prática.

As mulheres que nela estavam inseridas pertenciam a um grupo da escória social, no qual também estavam inseridos os criminosos, desordeiros e aventureiros. Sempre acusadas de perturbadoras da ordem, a punição para essas mulheres definia-se por:

Face à conduta de algumas rameiras, que perturbavam a paz e a tranquilidade públicas, inúmeros foram os governantes que não vacilavam em desterrá-las para lugares distantes e praticamente desertos onde auxiliariam o



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

povoamento [...] eram enviadas para aquele inóspito lugar como castigo pelo seu modo de viver escandaloso e também para povoar a região. (Fonseca, 1982)

Como já pontuado acima, a descoberta do ouro nas Minas Gerais, contribuiu significativamente, para o povoamento desta região.

Para se chegar às jazidas, era necessário passar por São Paulo, nesse período a cidade recebia muitos viajantes que por ali passavam, modificando assim o cotidiano do povoado com a intensificação da movimentação de pessoas. Segundo Fonseca (1982, p.42):

Não pense, no entanto, que só homens rumavam para o novo Eldorado. Mulheres em grande número deslocavam-se também em busca de riqueza [...] só que seus objetivos eram outros. Não visavam o garimpo e sim o garimpeiro. Eram meretrizes que sós ou acompanhadas, engrossavam os magotes de aventureiros que passavam pelo Planalto.

Neste contexto, surge assim às primeiras casas de prostituição da cidade de São Paulo, ainda que os documentos da época façam alusão apenas à existência de “casas de mulheres”, é importante mencionar que o fato de constar na Ata da Câmara no plural, já indica certo desenvolvimento da prostituição, assim como seu caráter organizacional.

Desde então, as casas de prostituição, passaram a fazer parte da geografia da cidade. De acordo com Guido Fonseca, essas casas localizavam-se na Rua do Sargento-Mor Roque Soares e em 4 de novembro de 1721, foi solicitado a desocupação destas, para instalação de um açougue<sup>2</sup>. Para Fonseca (1982, p.35)

“o estabelecimento do açougue talvez fosse simples pretexto para desalojar as meretrizes do local que, por essa época, já eram numerosas”.

Historicamente, as mulheres sempre encontraram estratégias de sobrevivência, assim como maneiras de conviver com os desmandos e opressão do patriarcado. Tratando-se de prostituição, não é diferente. Durante séculos, os moradores de São Paulo, utilizaram os rebuços e baetas<sup>3</sup>, vestimenta similar a um capuz, para cobrirem parte do rosto.

As vestes eram utilizadas tanto por homens como por mulheres, sem distinção de classe social ou raça.

<sup>2</sup> Ata 04\11\1721, vol IX, p.95.

<sup>3</sup> Vestimenta similar a um capuz, utilizada até o séc. XIX.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

**FIGURA 2 - "Lady of St. Paul's"(Sr.<sup>a</sup> de São Paulo)**



Fonte: Charles Landseer. 1827. Lápis (16 x 11,5 cm) - [www.arquiamigos.org.br](http://www.arquiamigos.org.br).

**FIGURA 3 - "Modelo do modo de trajar das senhoras da cidade de S. Paulo"**



Fonte: Anônimo. c.1820. Aquarela (14 x 8 cm) - [www.arquiamigos.org.br](http://www.arquiamigos.org.br).

Utilizando-se desta vestimenta, que chegou ao Brasil por influência da moda em Portugal, as meretrizes, como eram chamadas na época, podiam praticar seu ofício, sem serem facilmente identificadas e conseqüentemente, sem sofrer as punições destinadas para tal, já que esta era uma prática proibida no período histórico em questão.

De acordo com Fonseca, (1982, p.45):

Com o rosto coberto e, em consequência, com a quase certeza da impunidade, em muito aumentava a audácia dos malfeitores e das mulheres depravadas. É que as mulheres paulistas escondiam-se também atrás das baetas e, como certos varões, inúmeras valiam-se desses trajes para com mais liberdade praticar atos que a sociedade condenava.

A utilização das vestimentas descritas causava tanto incômodo as autoridades da época, que diversas foram as tentativas de proibição de utilização da mesma. Assim afirma Fonseca (1982):

No Planalto, a primeira tentativa de acabar com o costume data de 12 de março de 1723 quando a cidade atravessava uma fase difícil motivada pela passagem de aventureiros, inclusive prostitutas [...] aos 18 e 22 de abril a Edilidade voltava ao mesmo assunto [...] um ano depois e a situação continuava agravando-se [...] ante tal situação proibiu-se que pessoas andassem “rebuçadas pelas ruas da Paulicéia não só à noite, como de dia.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Ainda conforme o referido autor, (1982, p.48):

Em 1775, no Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, as mulheres, agora somente elas, continuavam desrespeitando as normas legais proibitivas do velho costume, a tal ponto que ele foi obrigado a reiterar com mais firmeza as determinações de seus antecessores.

No século XVIII a prostituição também já se fazia presente nas vilas e povoados do interior de São Paulo e desde então, a moralidade e o senso comum, já determinavam como se deveria lidar com as mulheres que praticavam prostituição:

E em todos esses lugares, como na Capital, os problemas por ventura causados pelas mulheres de vida alegre eram solucionados conforme as conveniências do momento, o arbítrio pessoal das Autoridades, a gravidade dos atos praticados e as normas costumeiras existentes sobre o assunto. (Fonseca, 1982, p. 51)

Neste período, a maior parte da população vivia na pobreza, a situação das mulheres, não era diferente das dos homens, talvez até pior, pois poucas atividades eram destinadas a elas, como pontua Fonseca (1982) “as negras, sabe-se, dedicavam-se ao pequeno comércio de quitandas e as brancas diziam viver de costuras”

Para as mulheres, estava reservado o trabalho

doméstico, o pequeno comércio, o artesanato, podiam ainda ser cartomantes, lavadeiras, coristas, dançarinas, cantoras e atrizes. De acordo com Margareth Rago (2008, p. 44):

O homem no espaço público foi sempre percebido positivamente, através da imagem do trabalhador e do político, segundo o ideário liberal. A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública”.

Nesse contexto, a prostituição possuía também diversas funções sociais, atuando a um só tempo como resistência ao ideal da mulher frágil e submissa e como forma de manter valores morais. Assim, por todo esse contexto social e econômico, muitas mulheres se tornavam prostitutas, conforme aponta Magalí Engel (1989).

Mediante a isso e considerando à proporção que a prostituição havia tomado, este fenômeno passa a ser considerado um problema público, atrelado ao crescimento urbano e ao progresso, porém como afirma Margareth Rago (2008) “o lado negativo do progresso”, e era transformado em poderoso *fantasma* de contenção às mulheres que pressionavam para ingressar na esfera da vida pública. Desta forma, como aponta



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Margareth Rago (2008, p.22)

[...] somos levados a pensar que as “mulheres públicas” nunca foram importantes para sociedade, a não ser na função de garantir a ordem na desordem das paixões, sem muita publicidade

Assim sendo, é possível concluir que um dos fatores que contribui para as prostitutas se fizessem presentes nos registros históricos, apenas como mulheres vitimizadas ou como depravadas loucas que negam sua condição natural de mãe e esposa dedicada, é que essa história foi contada utilizando-se apenas da ótica masculina. Com isso, foi criado o pensamento de que essas mulheres não tiveram nenhuma participação e importância na construção desse processo histórico.

### REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARRETO, Letícia C. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte**. Mestrado em Psicologia. UFMG, 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual de trabalho e serviço social**.- 2.ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CUNHA, Lúcia Alves. **Prostituição e Religião: a trajetória religiosa de mulheres que praticam a prostituição na região de Santo Amaro – São Paulo**. Mestrado em Ciências da Religião. PUC/SP, 2014.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

GARCIA, Carla Cristina. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

HIRATA, Helena... [et al.] (orgs). **Dicionário Crítico Feminista**. São Paulo: UNESP, 2009.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a nova moral sexual**.- 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.





**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Prostituição a brasileira: cinco histórias.** São Paulo: Contexto, 2015.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta.** São Paulo: Hoo Editora, 2016.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir Puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PERROT. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.-** 7. ed. Rio de Janeiro\ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PRIORE, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil.-** 10. ed. São Paulo:Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil.** – 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** – 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930.-** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.